

**Universidade de São Paulo  
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”**

**As potencialidades e limites da Nova Política Industrial (NIB) para o  
fortalecimento da agricultura familiar e enfrentamento da  
Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil**

**Pedro Henrique Silva Dias**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como  
parte dos requisitos para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Econômicas

**Piracicaba  
2024**



**Pedro Henrique Silva Dias**

**As potencialidades e limites da Nova Política Industrial (NIB) para o fortalecimento da agricultura familiar e enfrentamento da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil**

Orientadora:

**Profª Drª ELIANA TADEU TERCI**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

**Piracicaba  
2024**

## **SUMÁRIO**

<b>RESUMO</b>	<b>5</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b>	<b>8</b>
<b>1. Introdução</b>	<b>10</b>
<b>2. Trajetória das Políticas de Segurança Alimentar no Brasil</b>	<b>12</b>
<b>3. Evolução das políticas para o fortalecimento da agricultura familiar</b>	<b>20</b>
<b>4. Potencialidades e limites da missão 1 da Nova Indústria Brasil</b>	<b>28</b>
<b>5. Considerações Finais</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>40</b>

## RESUMO

### **As potencialidades e limites da Nova Política Industrial (NIB) para o fortalecimento da agricultura familiar e enfrentamento da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil**

A nova política industrial – chamada Nova Indústria Brasil – coloca como missão 1 as cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar. Desta forma, nota-se um caráter duplo da política, que busca enfrentar tanto a insegurança alimentar e nutricional, quanto fortalecer o setor da agricultura familiar através de políticas e instrumentos que podem mudar as formas de produção deste segmento. A análise das políticas e instrumentos presentes na NIB evidencia o potencial impacto positivo no segmento familiar, através de um enfoque multifacetado que busca fortalecer a produção familiar não só pelo acesso a recursos, mas também com a superação de gargalos existentes na produção. Este impacto, porém, é limitado visto que existem desafios enfrentados na agricultura familiar, cuja superação vai além do alcance da política industrial, sendo essencial a articulação com outras políticas e medidas.

Palavras-chave: política industrial, Nova Indústria Brasil, insegurança alimentar, agricultura familiar, industrialização

## ABSTRACT

### **The potentials and limitations of the new industrial policy (NIB) for strengthening family farming and addressing Food and Nutritional Insecurity in Brazil.**

The new industrial policy – called Nova Indústria Brasil (New Brazil Industry) – establishes sustainable and digital agro-industrial chains for food security as its Mission 1. Thus, the policy demonstrates a dual purpose: addressing food and nutritional insecurity while strengthening the family farming sector through policies and instruments that can transform the production practices within this segment. An analysis of the policies and instruments included in the NIB highlights its potential positive impact on the family farming sector, adopting a multifaceted approach to bolster family production, not only by improving access to resources but also by overcoming existing production bottlenecks. However, this impact is limited, as challenges faced by family farming go beyond the scope of industrial policy, making it essential to coordinate with other policies and measures.

Keywords: industrial policy, Nova Indústria Brasil, food insecurity, family farming, industrialization

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Situação de segurança alimentar existente no domicílio, por rendimento mensal domiciliar per capita

Figura 2 - Situação de segurança alimentar existente no domicílio por situação do domicílio

Figura 3 - Recursos Destinados para Máquinas, Equipamentos, Materiais e Utensílios pelo Pronaf Mais Alimentos durante 2013-2023

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação da agricultura familiar na produção e venda de alimentos selecionados.

Tabela 2 - Área média dos estabelecimentos agropecuários e índice de Gini para os anos 1985, 1996, 2006 e 2017.

Tabela 3 - Estabelecimentos e valor da receita por tipo de estabelecimento segundo o Pronaf.

Tabela 4 - Resumo Programas e instrumentos integrantes da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Agroindústria Sustentável.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única Dos Trabalhadores
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar
IG	Indicação Geográfica
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NIB	Nova Indústria Brasil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PFZ	Programa Fome Zero
Plano ABC+	Plano Setorial de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
SISAN	Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

## 1. Introdução

Atualmente, o mundo enfrenta a chamada Sindemia Global, definida como o conjunto das maiores epidemias enfrentadas pela humanidade: obesidade, insegurança alimentar e mudanças climáticas. Dentre as diferentes causas do problema, uma delas é o sistema agroalimentar contemporâneo, que atua como um vetor destas epidemias. Além de priorizarem alimentos ricos em calorias, as práticas agrícolas atuais são responsáveis por grande parte das emissões de gases de efeito estufa e contribuem para a inacessibilidade a alimentos saudáveis. Diante desse cenário, torna-se crucial a transição para um sistema alimentar mais sustentável, que busque garantir a segurança alimentar e nutricional da população e mitigar as mudanças climáticas (SWINBURN *et. al.*, 2019).

Tendo como um dos objetivos o combate à insegurança alimentar através do fortalecimento da agricultura familiar, a Nova Política Industrial - chamada de Nova Indústria Brasil (NIB) - busca retomar o crescimento do setor industrial no país e de aumentar sua competitividade nas mais diferentes atividades, dentre elas, a agroindústria. Colocando como Missão 1 as Cadeias Agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética.

Dentro da missão, agricultura familiar é posicionada como agente estratégico na garantia da segurança alimentar, tendo como meta até 2033 alcançar 70% de mecanização dos estabelecimentos de agricultura familiar, com o suprimento de pelo menos 95% do mercado por máquinas e equipamentos de produção nacional (BRASIL, 2024).

Os avanços e retrocessos nas políticas de combate à insegurança alimentar no país se refletem nos dados presentes na Figura 1, onde é possível notar sua presença mais aguda nas menores faixas de renda. Para além da relação de fornecedores de alimentos, a relação da insegurança alimentar com a agricultura familiar também é marcada pela sua presença no espaço rural de forma mais acentuada do que no urbano. Diante disso, a nova política industrial busca combater a insegurança alimentar através de um viés produtivo, ou seja, seu enfoque está no fortalecimento das chamadas cadeias agroindustriais, onde estão inseridos muitos agricultores familiares, que historicamente possuem um papel fundamental no enfrentamento da insegurança alimentar no país.

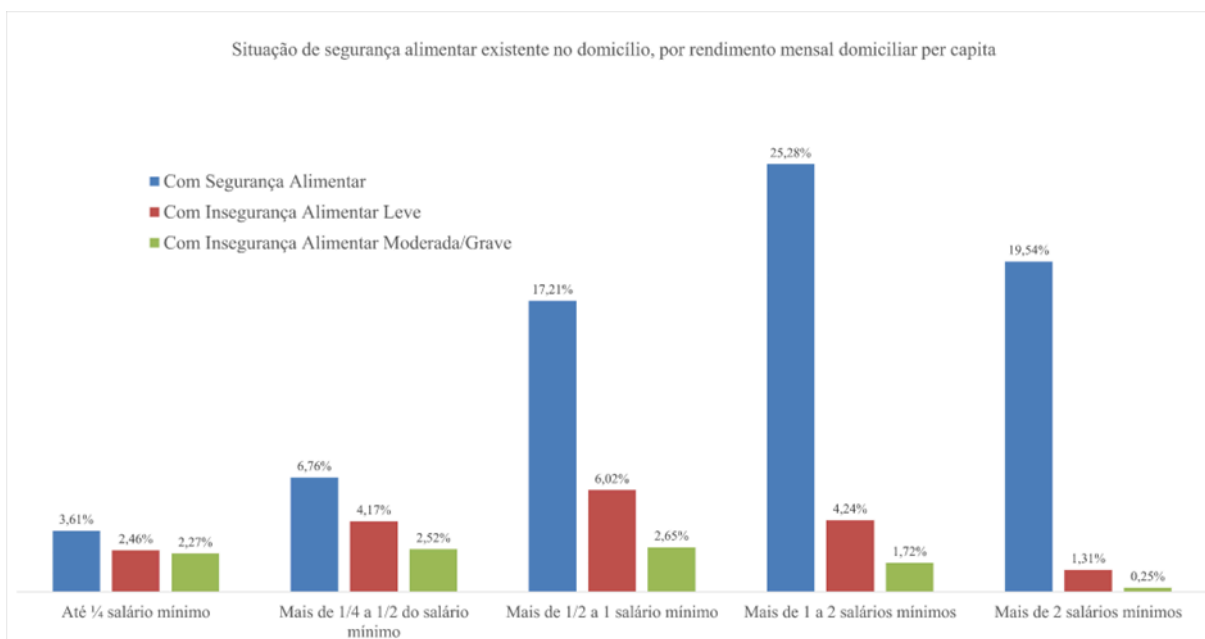


Figura 1 - Situação de segurança alimentar existente no domicílio, por rendimento mensal domiciliar per capita, de acordo com a PNAD 2023. Fonte: IBGE, 2024

Tendo em vista esse contexto, a presente monografia tem por objetivo identificar as potencialidades da Nova Indústria Brasil – a nova política industrial lançada pelo governo federal em janeiro de 2024 para o fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil e o combate da insegurança alimentar. Para tal, será necessário, mensurar e qualificar o problema da segurança alimentar no Brasil; identificar os principais problemas enfrentados pela Agricultura Familiar no Brasil; analisar as diretrizes e missões da Nova Política Industrial Brasileira e o papel atribuído à agricultura familiar avaliando a efetividade no sentido de fortalecer o segmento.

No plano metodológico, a pesquisa pauta-se por uma abordagem qualitativa e exploratória baseada em análise de fontes secundárias, documental e de dados a respeito das políticas de segurança alimentar e nutricional adotadas no Brasil, as políticas elaboradas para o fortalecimento da agricultura familiar ao longo dos anos e uma análise da Missão 1 do plano de ação da Nova Indústria Brasil. O trabalho se divide em três seções principais, além desta introdução e das considerações finais: na seção de número 2 analisa-se a trajetória das Políticas de Segurança Alimentar no Brasil; na seção 3 analisa-se a evolução das Políticas para o fortalecimento da Agricultura Familiar e na seção 4, analisa-se as potencialidades e limites da Missão 1 da Nova Indústria Brasil para mitigar o problema da insegurança alimentar no Brasil.

## 2. TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

O conceito de segurança alimentar está em constante evolução desde sua criação, assumindo diferentes definições conforme o contexto histórico e localidade, devido à sua função de orientar políticas públicas, sendo, portanto, naturalmente suscetível a que lhe sejam atribuídas distintas acepções (MALUF, 1994).

No período do pós-guerra, o debate sobre segurança alimentar ganhou destaque em nível mundial, especialmente a partir de 1945, com a fundação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). No Brasil, em 1946, o lançamento do livro *Geografia da Fome*, de Josué de Castro (um dos pioneiros no estudo da fome no país), foi um marco na reflexão sobre o tema em âmbito nacional. Neste período a segurança alimentar era vista como um problema de escassez de alimentos, e como solução foi apontado o aumento na produtividade agrícola a partir de novas tecnologias; neste contexto nascia a Revolução Verde. Essa tese, porém, não se sustentou, e a insegurança alimentar continuava presente principalmente nos países em desenvolvimento. Já nos anos setenta, durante a crise mundial de alimentos, o entendimento era de que o armazenamento e a garantia de oferta de alimentos eram suficientes para a segurança alimentar, o foco estava no abastecimento e manutenção de estoques. Nessa época a Revolução Verde ganha força no Brasil, resultando no aumento da produção de monocultivos - neste caso a soja, o que não foi suficiente para solucionar o problema (BURITY *et. al.*, 2010) (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001).

Já nos anos oitenta, a falta de acesso físico e econômico, decorrentes principalmente da pobreza, foram vistos como um dos principais responsáveis pela insegurança alimentar. Durante os anos noventa, novos conceitos e abordagens são incorporados ao termo Segurança Alimentar, destacam-se principalmente a inclusão da palavra “nutricional”, firmada na Conferência Internacional de Nutrição, na edição do ano de 1992 em Roma, que adiciona um caráter mais voltado à relação do consumo dos alimentos com a saúde; e também o entendimento do papel fundamental que o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) possui para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos cidadãos, fruto das discussões realizadas na Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em 1996 em Roma. (BURITY *et. al.*, 2010). Houve também, nesta edição, a concepção do termo Soberania Alimentar, na direção de defender o direito de cada Estado ser responsável por decidir as políticas de segurança alimentar de seus habitantes, sem estar subordinado a mecanismos internacionais ou interesses privados (Leao; Maluf 2012).

Dito isso, é importante diferenciar as terminologias fome e insegurança alimentar, que apesar de estarem fortemente relacionadas, possuem diferentes significados. Atualmente, o acompanhamento, o monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional do país é feito pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que utiliza a Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (EBIA) como medida direta da percepção da insegurança alimentar em nível domiciliar, sendo classificados os domicílios em 4 categorias:

Segurança alimentar: os moradores do domicílio têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente;

Insegurança alimentar leve: Apresentam comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada;

Insegurança alimentar moderada: apresentam modificações nos padrões usuais da alimentação entre os adultos concomitante à restrição na quantidade de alimentos entre os adultos;

Insegurança alimentar grave: são caracterizados pela quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes neste domicílio, podendo ainda incluir a experiência de fome. (MDS, 2014)

Assim como houveram diferentes definições no conceito de segurança alimentar e nutricional ao longo dos anos, durante a história do Brasil foram adotadas diferentes abordagens na formulação e implementação de políticas alimentares. Muitos autores buscaram analisar o contexto econômico e social de cada período, bem como as prioridades e diretrizes dos governantes, conforme retrospectiva a seguir.

Durante o período colonial a presença do Estado em políticas alimentares foi praticamente inexistente, em razão do papel que a Colônia possuía de subordinação à metrópole, fornecendo produtos de exportação para alimentar o comércio metropolitano. Com a independência do Brasil, em razão da predominância de um ideal liberal anti intervencionista, o direcionamento das políticas foi mínimo, destinando-se apenas a melhoria da infraestrutura, construção de armazéns, e criação de mercados públicos. A partir da Proclamação da República houve a construção de órgãos como o Comissariado de Alimentação Pública e a Superintendência de Abastecimento, porém com objetivo de apenas em garantir o abastecimento nacional (GRISA; PORTO, 2023).

No final dos anos 30, com o avanço de estudos de Josué de Castro sobre a fome no Brasil e as transformações da industrialização promovida por Getúlio Vargas, a política alimentar começa a se desenvolver. Foram criados o salário mínimo, do Serviço de

Alimentação da Previdência Social (SAPS) e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), entre outras medidas estatais (VASCONCELOS, 2005).

A criação da FAO em 1945, juntamente com outros programas internacionais, marca o início da pauta do combate à fome e à desnutrição no mundo. Em 1946, a publicação do livro *Geografia da Fome* expôs tais mazelas que atingiam (e ainda atingem) o país nas suas diferentes regiões e de forma distinta, através do mapeamento das “áreas de fome”. (SANTOS, 2009). Durante os anos 50 e início dos anos 60, não houveram grandes avanços de políticas alimentares, sendo este período marcado por uma continuidade de programas criados nos anos anteriores, ainda que o país tenha passado por um processo de industrialização e modernização acelerado anos 1955-1960, impulsionado pelo plano de metas de JK. (VASCONCELOS, 2005).

Durante a Ditadura Militar, o país passou por um período de crescimento econômico, que por sua vez aumentou o PIB e concentrou a renda, resultando em um cenário de desnutrição em parte da população brasileira. Buscando contornar este cenário, houve a criação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), que se dividiu em duas fases, a primeira em 1973 e a segunda em 1976. Nesta, a ênfase se voltou para a utilização de alimentos básicos nos programas alimentares e o apoio aos pequenos produtores rurais, com vistas à elevação da renda do setor agrícola e ao aumento da produtividade da agricultura familiar. Tal avanço se deu em razão do diagnóstico de que apesar da agricultura responder aos estímulos de mercado, o que pode ser confirmado com a expansão na produção de produtos exportáveis em detrimento dos alimentos de consumo interno, a produção estava estrangulada pelo baixo poder aquisitivo dos trabalhadores urbanos, inviabilizando a melhoria dos preços para os produtores rurais. Neste contexto, foi proposta a criação de um mercado institucional mediante a unificação das compras de alimentos de todos os programas governamentais de distribuição de alimentos para o grupo materno-infantil e a merenda escolar em uma única instituição, no caso a Cobal, hoje Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (PELIANO, 2010)(ARRUDA;ARRUDA 2007).

Contudo, essas propostas não se materializaram no campo prático e a estratégia conservadora do governo militar, aliada a outras questões, terminam por impedir maior efetividade do II Pronan. Em geral, além de a distribuição de alimentos ser realizada com base em produtos industrializados, o não atendimento às diretrizes do programa transformaram tais programas em instrumentos clientelistas voltados a favorecer elites políticas regionais. A importância do II Pronan reside no fato de inserir no debate político estratégias diferenciadas de atuação governamental no campo da assistência alimentar no país (SILVA, 2014).

Com a redemocratização, o combate à fome ganhou força, destacando-se a primeira menção à "segurança alimentar" nas políticas governamentais em 1985, com uma proposta de política nacional de segurança alimentar no Ministério da Agricultura (BURLANDY, 2009). Em 1986, ocorreu a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, e em 1988, a nova Constituição reconheceu a alimentação escolar como direito constitucional (PELIANO, 2010).

Nos anos 90 o governo Collor foi pautado pela estabilização econômica, modernização do Estado e da economia, o que acarretou redução dos recursos financeiros, além do encerramento dos programas de alimentação e nutrição. Houve desmonte de programas de alimentação e desnutrição, além de redução de recursos destinados para estes. Durante sua curta existência, as medidas tomadas pelo governo resultaram no descontentamento generalizado da sociedade, que se materializou no Movimento pela Ética na Política que clamava pelo impeachment. Posteriormente, o movimento tomou outros rumos, dando origem em 1993, à um outro movimento social que pautava o combate à fome em seu discurso: a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida (VASCONCELOS, 2005) (PELIANO, 2010).

A junção desses atores em torno de um objetivo em comum teve forte impacto na criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 1993, na gestão de Itamar Franco. O conselho possuía vínculo direto com a presidência da República e participação de organizações não governamentais. Apesar de curta duração (existiu por apenas dois anos, sendo extinguido pelo governo posterior), trouxe novas abordagens no âmbito institucional, ao envolver vários ministérios e segmentos organizados da sociedade civil. Em razão da prioridade do governo na estabilização monetária, o conselho ficou sujeito às restrições do gasto público (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001).

Durante o governo FHC (1995-2002) os dois mandatos foram marcados por diferentes direções no âmbito de políticas de segurança alimentar. Durante o primeiro, houve a extinção do Consea em 1995 e do INAN em 1997, além da criação do Programa Comunidade Solidária, com um caráter gerencial de programas sociais, e do Conselho da Comunidade Solidária. Já no segundo mandato, houveram avanços mais significativos como a aprovação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) em 1999, e a criação do Programa Nacional de Renda Mínima, que através do Programa Bolsa Alimentação ensaiava um modelo de transferência de renda para a população mais vulnerável, porém, de forma mais contida (VASCONCELOS, 2005).

Conforme mencionado anteriormente, durante os anos 90 houveram novas abordagens do termo Segurança Alimentar e Nutricional a nível mundial, que indicavam as tendências e diretrizes que norteariam as políticas alimentares dos países. A participação do Brasil na Cúpula Mundial pela Alimentação, realizada em Roma em 1996, foi marcada por conflitos internos na delegação, em razão da divergência de agentes governamentais a respeito de qual postura o país deveria assumir, intervencionista ou liberal. A extinção do Consea e esses embates motivaram indivíduos e movimentos sociais a criarem o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) em 1998, com o objetivo de promover o debate a favor de políticas de segurança alimentar e nutricional (FREITAS, 2021).

A partir de 2001, inicia-se um movimento que daria origem ao maior programa de combate à insegurança alimentar no país, o Projeto Fome Zero, posteriormente concretizado no Programa Fome Zero a partir da nova abordagem trazida pelo governo Lula no Âmbito de política de segurança alimentar. O diferencial do programa se deu pelo entendimento de que a causa principal do problema da insegurança alimentar no país é a falta de poder aquisitivo. Houve uma integração de diferentes setores, beneficiando tanto o lado da produção quanto do consumo, através do apoio à produção da agricultura familiar e pela transferência de renda para as camadas mais vulneráveis (BELIK, 2003) (VASCONCELOS, 2005).

O programa foi estabelecido no primeiro ano do governo Lula, em 2003, e para apoiar as políticas foi criado Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), que era responsável por formular e coordenar a implantação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo sua criação uma inovação em termos de políticas públicas no combate à fome. Sob o comando MESA, haviam diversos outros órgãos públicos como O COPO (Conselho Operativo do Programa Fome Zero) que era responsável pelas arrecadações, doações bem como o transporte e armazenagem dos alimentos; atuava nos municípios como braço executivo do CONSEA, ou do comitê gestor na sua ausência; O PRATO (Programa de Ação todos pela Fome Zero) que era coordenado pelo COPO e organizava coletas e doações, era formado por voluntários; O SAL (Agentes de segurança alimentar) por sua vez era um mecanismo de acompanhamento dos beneficiados pelo programa, que verificavam não somente a alimentação, higiene e dieta destes, mas também a sua participação em cursos de alfabetização, profissionalização, práticas agrícolas, etc.; e também o TALHER que atuava na educação de quem participava de Comitês Gestores, Copos, Pratos ou atuava como SAL (FREI, 2003).

Houveram muitos avanços com a implementação de programas e ações como o Cartão Alimentação; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); a amplificação da

cobertura da distribuição de cestas de alimentos de origem da agricultura familiar para grupos específicos vulneráveis a partir de organização popular; a implantação de ações conjuntas em torno de semiárido; a ampliação da alimentação escolar para grupos de risco antes não atendidos, entre outros (TAKAGI, 2006).

O PAA foi criado em 2003 pela Lei no 10.696, com o objetivo de fortalecer o setor da agricultura familiar através de compras realizadas pelo governo, além de garantir o acesso a alimentos mais saudáveis pela população. O programa atua em seis frentes: i) compra com doação simultânea (CDS); ii) compra direta (CDAF); iii) apoio à formação de estoques; iv) incentivo à produção e ao consumo de leite; v) compra institucional;<sup>1</sup> e vi) aquisição de semente (SAMBUICHI et al, 2020). Além disso, está inserido em uma abordagem intersetorial, pois fortalece outros programas de aquisição de alimentos, como por exemplo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (VASCONCELOS *et. al.*, 2019).

O ano de 2003 também foi marcado pela reativação do CONSEA, como um órgão consultivo da Presidência da República, composto por representantes do governo e por representantes da sociedade civil. O conselho teve importante atuação na construção e aprimoramento de políticas públicas no âmbito da segurança alimentar, como por exemplo a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; os Programas de Convivência com o Semiárido; a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; o Plano Safra da Agricultura Familiar; o Programa de Aquisição de Alimentos; o Programa Nacional de Alimentação Escolar; o Guia Alimentar da População Brasileira (e o seu caráter orientador de políticas públicas) (CASTRO, 2019).

No entanto, após um ano de existência o ministério foi extinto, sendo substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que buscou fortalecer a integração entre diferentes setores das ações governamentais, com foco na inclusão social, no combate à fome, na erradicação da pobreza e na redução das desigualdades sociais. (ZIMMERMANN, 2006). O ministério por sua vez, agregaria os diferentes programas de auxílio como Bolsa-Escola, Vale-gás, Bolsa-alimentação, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, em um programa maior unificado, o Bolsa-Família, que "se tornou o carro-chefe do MDS" (NASCIMENTO, 2009).

Porém, algumas iniciativas do Programa Fome Zero não alcançaram o sucesso esperado, especialmente aquelas que exigiam forte colaboração entre diferentes setores, como as ações de educação alimentar, a expansão do Programa de Alimentação do Trabalhador e a coordenação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no governo. Além disso, ao longo do tempo o Programa Fome Zero foi deixando de ser o programa prioritário, sendo

substituído gradativamente pelo programa de transferência de renda Bolsa-Família. (TAKAGI, 2006).

Ao longo da década, os resultados foram positivos: houve uma melhora de indicadores de vulnerabilidade, como a redução significativa da pobreza em termos relativos e a uma diminuição na concentração de renda medida pelo Índice Gini; entre 2004 e 2009 a proporção no número de famílias em insegurança alimentar moderada ou grave caiu de 23,9% para 12,0%; houve um crescimento acelerado do PIB entre 2002-2010, a taxa de desocupação também diminuiu entre 2002-2011, de 12% para 6%; houve elevação no poder de compra; entre muitos outros. A razão para essas mudanças se deu não somente pelo aspecto da política e sua implementação, mas também o efeito que as medidas econômicas da época geraram no aumento de empregos e salários, que resultaram em um “círculo virtuoso de prosperidade” (BELIK, 2012)

Além do Programa Fome Zero, na primeira década dos anos 2000 houveram avanços no campo institucional, como por exemplo a publicação da LOSAN em 2006, fruto das discussões e propostas elaboradas na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), tendo como objetivo a garantia do direito humano à alimentação adequada. (OLIVEIRA, 2018). A Lei também estabelece o CONSEA como um órgão de assessoramento imediato à presidência da república, de caráter consultivo composto por representantes governamentais e da sociedade civil. Além disso, criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, responsável pela formulação e implementação de políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, e pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação da segurança alimentar, incluindo todas as esferas de governo (PINHEIRO, 2015). Além disso, cita-se também a criação da Emenda Constitucional nº 64 de 2010, que incluiu a alimentação como um direito social na Constituição Federal do Brasil. (LEAO; MALUF, 2012)

Porém, tais avanços começaram a apresentar os primeiros sinais de recuo a partir do segundo mandato da presidente Dilma, mais especificamente durante o ano de 2015, marcado pela forte recessão e taxas de desemprego altas. O cenário resultou em uma política de corte de gastos, que afetou o gasto com programas sociais e de apoio a agricultura familiar, como por exemplo o PAA, que sofreu uma redução no orçamento e consequentemente no número de agricultores beneficiados (IESC, 2017; VASCONCELOS *et. al.*, 2019)

A tendência de austeridade fiscal se intensificou no governo Temer, no qual programa Bolsa-Família enfrentou cortes em seu orçamento, além de uma diminuição no número de famílias assistidas em comparação com patamares anteriores (BORGES, 2024), da

redução nos montantes destinados para o PAA, ao Programa Água para todos, e pela extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (RIBEIRO-SILVA *et. al.*, 2020).

Em 2019, a extinção do CONSEA já no primeiro dia de mandato do novo governo, indicava os rumos que o combate à insegurança alimentar tomaria: desmontes, desarticulações institucionais e retrocessos (ALPINO *et. al.*, 2020).

Em 2020, a crise sanitária causada pelo COVID-19 gerou impactos profundos na economia brasileira. A inflação no preço dos alimentos nos anos mais impactados (2020-2021) se deu tanto em razão do aumento da demanda por parte da população, quanto pela desvalorização do câmbio que impulsionou as exportações e pressionou o aumento dos preços dos alimentos (BACCARIN; OLIVEIRA, 2021). Em 2020, a inflação fechou em 4,52% e em 2021 10,06%, sendo que em ambos os anos o grupo de alimentação e bebidas foi um dos principais responsáveis pelo aumento (IBGE, 2022) (IBGE, 2021).

A resposta do governo se deu através de medidas emergenciais que buscavam um aumento no nível de renda e acesso à alimentos, como a introdução do Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil (que substituiu o Bolsa-Família) e doações de cestas básicas e distribuição de alimentos (ALPINO *et. al.*, 2020), ações que vão diretamente na contramão de todos os avanços de políticas para a segurança alimentar, que preconizavam a articulação intersetorial, diálogo com a sociedade, monitoramento da segurança alimentar, construção de políticas sólidas com objetivos bem definidos. A junção destes diferentes elementos - inflação dos preços dos alimentos, desmobilização de políticas de segurança alimentar e descaso do Estado, culminaram em mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros, que substituíram alimentos saudáveis por alimentos de menor custo e de fácil consumo: os ultraprocessados. (GALINDO *et.al.*, 2021).

O termo ultraprocessados faz parte de uma das quatro classificações existentes na Classificação NOVA, criada por pesquisadores brasileiros, que organiza os alimentos em quatro grupos distintos: Alimentos in natura ou minimamente processados; Ingredientes culinários processados; Alimentos processados; Alimentos e bebidas ultraprocessados. Este último grupo engloba alimentos como refrigerantes, salgadinhos, biscoitos, salsichas, etc., que são obtidos através de misturas e substâncias utilizadas pela indústria alimentícia (MONTEIRO ET AL., 2019). Além disso, a produção destes alimentos gera implicações políticas, ambientais, econômicas e na saúde das pessoas. (MONTEIRO ET AL., 2018). Diante disso, a classificação norteia as recomendações presentes no Guia Alimentar para a População Brasileira, documento oficial do Ministério da Saúde que apresenta princípios e

orientações para uma alimentação adequada e saudável, de forma que é recomendado o consumo de alimentos in natura e minimamente processados (LOUZADA ET. AL., 2019).

Diante desses novos desafios, o Governo Lula lançou em 2023, o programa Brasil sem Fome, voltado ao combate à fome e tendo como base experiências anteriores como o Programa Fome Zero e Brasil sem Miséria. O novo programa faz parte da retomada das políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional. No mesmo ano houveram diversos acontecimentos que evidenciam esta nova fase: a reativação do CONSEA, a realização da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,, reativação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, aumento nos valores repassados aos programas PAA e PNAE, além da criação do Programa Cozinha Solidária (BRASIL, 2024).

Tais ações resultaram numa melhora nos índices de segurança alimentar na maioria dos domicílios (Figura 2), porém, nas camadas mais vulneráveis da população ainda persiste a insegurança alimentar, principalmente na região rural, o que reforça a necessidade de políticas voltadas para estas áreas, que permitam o acesso à alimentos provenientes da agricultura familiar pelas famílias mais pobres, como por exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que beneficia tanto os produtores, ao permitir um aumento da renda e uma maior variedade na produção, quanto os que consomem esses alimentos, que são mais diversos e acessíveis, gerando uma melhora na situação de Segurança Alimentar e Nutricional para os habitantes das zonas rurais e urbanas (ASSIS; PRIORE; FRANCESCHINI, 2017) (SAMBUICHI et. al., 2022).

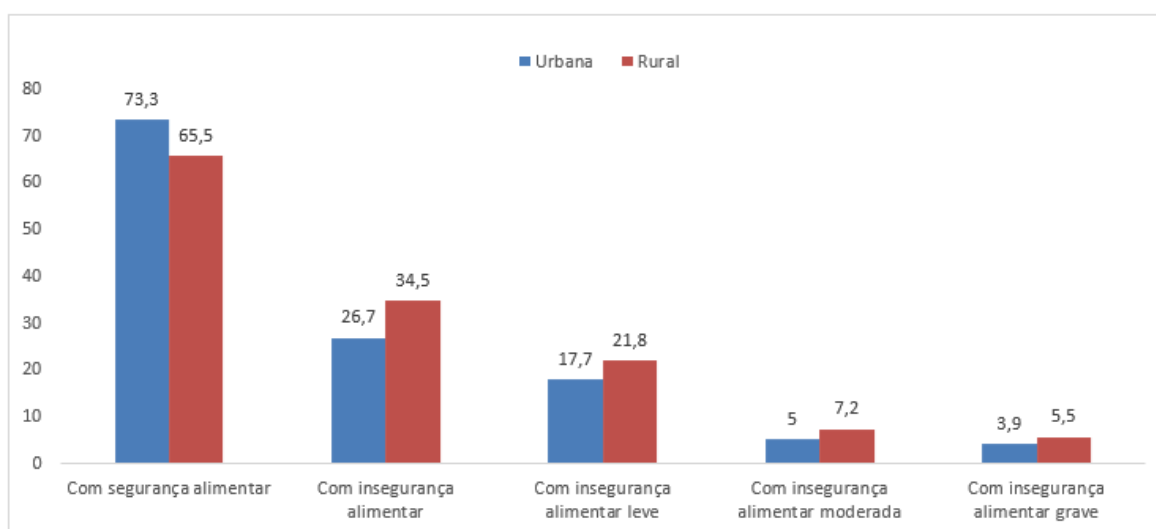


Figura 2 - Situação de segurança alimentar existente no domicílio por situação do domicílio, de acordo com a PNAD 2023. Fonte: IBGE, 2024.

### 3. EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A terminologia agricultura familiar engloba uma enorme diversidade de trabalhadores rurais, que possuem um papel fundamental na segurança alimentar dos brasileiros, seja através da oferta de alimentos em mercados, feiras e outros locais de comercialização de alimentos, ou através da participação em programas como o PAA e o PNAE. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), cerca de 77% dos estabelecimentos são classificados como agricultura familiar, correspondendo à 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país, além de empregar cerca de 67% da mão de obra do setor está e possuir 23% do valor da produção agropecuária brasileira.

A respeito da produção de alimentos, nota-se pela tabela abaixo a relevância da produção familiar para o mercado de alimentos consumidos por grande parte dos brasileiros diariamente. Além disso, nota-se que alguns alimentos como a mandioca, feijão preto, milho em grão, banana e arroz, apresentam uma porcentagem de venda menor do que a produção, o que indica que parte da produção é destinada para consumo próprio dos produtores.

Tabela 1 - Participação da agricultura familiar na produção e venda de alimentos selecionados

<b>Alimento</b>	<b>Produção (%)</b>	<b>Venda (%)</b>
Mandioca	70%	55%
Cacau (Amêndoa)	57%	57%
Banana	49%	48%
Feijão preto em grão	42%	37%
Café arábica em grão	35%	36%
Milho em grão	12%	9%
Arroz	11%	10%
Soja em grão	9%	9%

Fonte: IBGE, 2017.

Além de mostrarem a importância do setor, tais dados refletem uma questão que acompanha o Brasil desde os primórdios da sua história: a concentração fundiária. Esta questão da concentração de posse de terras no Brasil pode ser evidenciada a partir de uma ampla gama de estudos na literatura (SILVA E HOFFMANN, 1975; ALCANTARA; FONTES, 2009; VILAS BOAS, 2018). Diante de um cenário de antagonismo entre duas categorias, a agricultura não familiar e agricultura familiar, parte das reivindicações de movimentos sociais alinhados a este último é a reforma agrária, que nunca foi de fato

implementada no país, pelo contrário, a concentração fundiária pouco mudou ao longo dos séculos.

A estrutura fundiária atual possui uma intensa relação com a construção do país, que, desde os tempos coloniais teve suas terras reguladas e divididas através de medidas e ações que as concentraram, como os regimes das capitanias hereditárias e das sesmarias. A promulgação da Lei de Terras em 1850 agravou a concentração fundiária, ao estabelecer que a terra só poderia ser adquirida através da compra (VILAS BOAS, 2018).

A contestação deste modelo fundiário teve como um dos primeiros expoentes o movimento liderado por Antônio Conselheiro, que culminou a instauração da Comunidade/Cidade de Canudos no final do século XX, e cuja população era constituída majoritariamente por sertanejos migrantes da região do nordeste. Tal movimento possuiu caráter messiânico, que concentrou milhares de pessoas que levavam um modo de vida que ameaçava a república recém instaurada, tendo como resultado sua total extinção, apoiada pelos grandes latifundiários (VENTURA, 1997).

A mobilização política em favor de uma reforma agrária no Brasil se iniciou em meados dos anos 50 e início dos anos 60, protagonizada principalmente pelo movimento das Ligas Camponesas, e apoiada por setores reformistas da Igreja Católica e por intelectuais como Caio Prado Jr. (CARTER, 2010). Durante o governo de João Goulart, dentre as diversas reformas pretendidas para impulsionar o desenvolvimento do país, há a presença da reforma agrária, de forma que o Estado seria responsável por desapropriar terras improdutivas/não exploradas, atribuindo à terra a função social de produtora de gêneros alimentícios (MOREIRA, 2011). Durante o governo, medidas como a regulamentação da sindicalização rural em 1962 e a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 permitiram a criação de sindicatos de trabalhadores rurais, e em nível nacional nasceu a CONTAG em dezembro de 1963, representando os trabalhadores rurais (TEIXEIRA, 2018).

Contudo, em razão do Golpe de 64 que instaurou a Ditadura Militar, a esperança da realização de uma reforma agrária perdeu força. Os militares assumiram o controle dos sindicatos através de intervenções diretas e afastamento de dirigentes que pudessem representar alguma ameaça, e em alguns casos, houve até mesmo cassação de direitos políticos (que ocorreu com um dos dirigentes da CONTAG). Em razão do ambiente fortemente repressivo, durante o período, a CONTAG assumiu uma postura menos combativa e pautada no diálogo e negociações. (TEIXEIRA, 2018).

Por outro lado, o modelo de latifúndio exportador foi amplamente apoiado pelos militares, que buscaram a modernização e fortalecimento através de diversas medidas que

favoreceram o setor em diferentes frentes, como fornecimento de crédito, a política cambial, política fiscal, políticas de apoio à pesquisa e extensão, entre outros (GRISA; SCHNEIDER, 2014) (BACHA, 2018).

Em razão do enfraquecimento do regime a partir do final dos anos 70, e o aumento de conflitos no campo, a CONTAG assume uma postura voltada ao enfrentamento, pressionando e exigindo políticas voltadas aos trabalhadores rurais. Nos anos 80, dentre as diversas mudanças reivindicadas pela sociedade civil e movimentos sociais, os anseios dos produtores familiares ganharam força: a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e, dentro dela a conformação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) em 1988; e a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984, foram fundamentais para a mobilização de políticas em favor do segmento familiar nos anos seguintes. (RODRIGUES; LADOSKY, 2015) (GRISA; SCHNEIDER, 2014)

O uso da terminologia agricultura familiar emerge nos anos 90, tendo origem no final dos anos 80 a partir de estudos e novos enfoques teóricos que abordaram uma categoria social caracterizada pela adoção da mão de obra familiar no trabalho no campo. No campo político a inserção de tal terminologia foi fruto de debates entre unidades sindicais (principalmente a CUT e a CONTAG) em prol de uma política agrícola diferenciada para pequenos produtores, que culminou no entendimento de que havia uma nova categoria social, chamada agricultura familiar (PICOLOTTO, 2014)

A união de atores sociais (CUT, CONTAG e outros) em apoio à agricultura familiar culmina na criação da manifestação “Grito da Terra” em 1994, que reivindicou políticas públicas voltadas ao setor. Após negociações e pressão sobre o governo federal, houve a institucionalização do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF no ano de 1995, que marcou o início de políticas de apoio aos agricultores familiares. (GRISA; SCHNEIDER, 2014). (ANTUNES ET. AL.; 2013). Esta constante pressão por parte dos movimentos sociais fez com que no ano de 2000 o presidente FHC criasse Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e secretarias voltadas ao direcionamento de políticas voltadas à agricultura familiar e reforma agrária. (PICOLOTTO, 2014) (GRISA; MEDEIROS, 2019).

Apesar destes avanços, o ano de 1996 foi marcado pelo massacre de integrantes do MST que reivindicavam a desapropriação da fazenda Macaxeira, no estado do Pará. O episódio foi marcado pela violência policial, apoiada por grandes proprietários de terra, que dizimou a vida de trabalhadores que lutavam pela terra, e ficou conhecido como o massacre de Eldorado do Carajás. O massacre deixou evidente que a disputa pela terra no país, é

marcada pela violência e pela defesa do latifúndio, mesmo que custe a vida de trabalhadores e de suas famílias (BARREIRA, 1999).

Por outro lado, nos anos 2000, um novo horizonte se abre para os agricultores familiares. Pautado no combate à fome e no fortalecimento da agricultura familiar, o governo Lula instituiu o Programa Fome Zero, que possibilitou a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003, idealizado por membros do CONSEA. O Estado assume um papel de intermediário entre os agricultores e os consumidores, através de instrumentos de compras que não necessitavam de licitação. Ao longo dos anos o programa passou por mudanças de seus objetivos e formas de operação, e gradativamente o foi se fortalecendo com o aumento de recursos repassados e se estabelecendo como um canal de comercialização de produtos da agricultura familiar, garantindo renda para os produtores e alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar (MÜLLER, 2007) (SAMBUICHI; SILVA, 2023).

Em sintonia com os objetivos de garantia da segurança alimentar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, surgido nos anos 50, assumiu um papel semelhante ao visto no PAA, através de compras públicas de alimentos provenientes de agricultores familiares, tendo como objetivo a garantia da segurança alimentar e nutricional dos estudantes através da alimentação escolar. Esta nova abordagem do PNAE se inicia a partir da promulgação da Lei 11.947/2009, que dispõe:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres (BRASIL, 2009).

Assim como visto no PAA, permitiu-se a dispensa do processo licitatório, facilitando o processo de aquisições públicas (TRICHES; GRISA, 2015). A literatura aponta que essa mudança no programa permitiu um aumento na renda média dos agricultores que participaram dele (PAULA *et. al.*, 2023), bem como contribuiu para a segurança alimentar de estudantes, seus hábitos alimentares, aprendizagem e qualidade de vida (SAMBUICHI *et. al.*, 2014).

Além do aumento no montante de crédito fornecido aos produtores, durante o período ocorreu a criação da Lei da Agricultura Familiar (11.326/2006), que institui a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e define o agricultor familiar como aquele que:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Lei nº 11.326, 2006)

Tal avanço foi um marco para a implementação e construção de políticas públicas para os agricultores familiares, tal definição, porém, engloba uma infinidade de trabalhadores com diferentes características em um mesmo termo. Conforme PICOLOTTO (2014):

Se, de um lado, esta unificação fortalece as bases legais de reconhecimento da agricultura familiar e a torna definidora de direitos e políticas públicas para categorias sociais diversas, de outro, esconde as diferenças existentes no meio rural brasileiro ao associar esta diversidade de situações à categoria agricultura familiar (PICOLOTTO, 2014, p.77).

Para além dos programas de crédito e apoio financeiro, o segmento familiar ainda necessitava (e necessita) de assistência/orientação técnica especializada, sendo assim, em 2010 foi criada a Lei Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). De forma oposta ao antigo modelo de assistência técnica, que se concentrava apenas no aumento da produtividade, o programa segue princípios voltados à agroecologia e desenvolvimento sustentável, incentivando a produção de alimentos, e contribuindo para o aumento da renda dos agricultores (FARINHA; DUENHAS, 2019). Além disso, em 2013 foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), com o objetivo de coordenar e articular ações de assistência técnica e extensão rural no Brasil. Tais avanços foram parte dos esforços do governo federal para fortalecer o setor da Agricultura Familiar (BACHA, 2018).

Apesar disso, durante o período no qual o país enfrentava uma forte crise econômica, houveram cortes no orçamento que impactaram os programas de apoio à agricultura familiar. Por exemplo, os montantes destinados ao PAA em 2014 correspondiam a R\$831.636.487, e em 2018 R\$316.290.738, o que representa uma variação de cerca de -62%. (FIAN, 2019). Tal corte ocorreu também em razão da orientação que o Estado brasileiro assumiu após o *impeachment* da presidente Dilma e início do Governo Temer, que promoveu um desmonte das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, tanto no âmbito institucional quanto orçamentário (PERIN, 2021). O PNAE também foi impactado no período, ocorrendo, na

maioria dos anos, uma diminuição no montante de recursos transferidos e no número de secretarias estaduais e municipais participantes do programa (ALENCAR; LIMA; ARAUJO, 2023).

A crise sanitária causada COVID-19 evidenciou a desigualdade na forma como os agricultores foram impactados pelas mudanças ocorridas nos diferentes âmbitos. Se por um lado o agronegócio se beneficiou do aumento no preço das commodities e do aumento na demanda pelos gêneros alimentícios no mercado internacional, que se refletiram em recordes de exportação e faturamento (MACHADO; MALAGOLLI, 2021), a agricultura familiar, em situação fragilizada em razão do retrocesso nas políticas de apoio, enfrentou desafios para manter seus rendimentos.

As medidas de isolamento social e distanciamento prejudicaram a comercialização de alimentos por parte dos produtores, que encontraram dificuldades para escoar a produção para os intermediários e consumidores finais (RIBEIRO-SILVA *et. al.*, 2020). A alimentação escolar encontrou um difícil cenário com o fechamento de escolas e creches, a impossibilidade de seguir com o programa nos moldes originais demandou uma mudança em sua operacionalização e adaptações para o cenário de pandemia. As principais mudanças envolveram a distribuição de alimentos através de kits e transferência de recursos financeiros para as famílias dos estudantes matriculados (AMORIM; JUNIOR; BANDONI, 2020; NOGUEIRA; MARCELINO, 2021; BICALHO; LIMA, 2020).

Apesar do avanço de políticas públicas e da reconstrução de programas e órgãos ligados à agricultura familiar, ainda persistem desafios e desigualdades a serem superados, inclusive dentro do próprio setor.

Ao analisar dados a respeito da área média e do índice de gini, a partir dos Censos Agropecuários, é possível notar um aumento na área média nacional, ao mesmo tempo em que há uma estabilidade no índice de gini para o mesmo período. Hoffmann (2020) aponta que as condições de elevada desigualdade na posse da terra em microrregiões, condicionaram o desenvolvimento destas, o que remonta a questões de políticas antigas que estimularam a concentração de terras. Diante desse fato, o autor aponta que o desenvolvimento não é apenas uma questão de reforma agrária.

Tabela 2 - Área média dos estabelecimentos agropecuários e índice de Gini para os anos 1985, 1996, 2006 e 2017.

Dados	2017	2006	1996	1985
Area Média	69,243	64,471	72,762	64,622
Índice de Gini	0,867	0,865	0,858	0,859

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE.

Além disso, a desigualdade interna presente na agricultura familiar é uma das travas que atrapalham o desenvolvimento do setor e perpetuam distorções e desequilíbrios. Dentro do segmento há uma enorme diversidade de estabelecimentos, práticas e indivíduos, com diferentes faixas de renda, acesso à tecnologias, acesso à políticas públicas, etc. Alguns autores afirmam que o Valor Bruto da Produção se concentra principalmente nos produtores com maiores faixas de renda. (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER 2018)

Esta tendência se observa no último Censo Agropecuário, onde grande parte dos estabelecimentos (Pronaf B) respondem por pouco mais de 10% da receita do segmento familiar, enquanto pouco mais de um terço (Pronaf V) são responsáveis por mais de 70%.

Tabela 3 - Estabelecimentos e valor da receita por tipo de estabelecimento segundo o Pronaf

Classificação Pronaf	Receita total	% dos estabelecimentos familiares	% Receita da agricultura Familiar
Pronaf B	10.047.117,00	62%	10,9%
Pronaf V	65.083.671,00	37%	70,5%
Agricultores Familiares Não Pronafianos	17.167.087,00	1%	18,6%

Fonte: IBGE, 2017.

Outros estudos mostram a tendência do PRONAF de perpetuar o modelo patronal, ou seja, priorizar as *commodities* agrícolas como soja, milho, trigo e animais (principalmente bovinos) em estabelecimentos nas regiões sul e sudeste. Sendo assim, a inserção da agricultura familiar nos mercados trouxe benefícios e fortaleceu sua continuidade, porém, também trouxe mudanças na pauta produtiva, diminuindo a diversidade e deixando de produzir para o autoconsumo, o que traz consequências para a segurança alimentar (BAZOTTI; COELHO, 2017).

Também é importante ressaltar que, cerca de 40% dos produtores familiares produzem apenas para consumo próprio, e dentre aqueles que produzem para comercialização as rendas obtidas através das suas atividades são menores do que as rendas não agrícolas, evidenciando a necessidade implementação de políticas públicas específicas para uma parcela

de agricultores familiares mais vulneráveis, de forma que seja viabilizado a geração de excedentes para a comercialização e acesso à recursos, tecnologias, serviços que propiciem não apenas o aumento na capacidade produtiva destes estabelecimentos mas também o desenvolvimento rural (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

Há outros desafios que vão além das questões econômicas, abrangendo adversidades como a redução da participação feminina nas atividades agrícolas, o envelhecimento da população rural e a migração de jovens para áreas urbanas, fatores que comprometem a sucessão familiar no campo. Além disso, os baixos índices de escolaridade e a falta de acesso à internet dificultam a adoção de inovações tecnológicas e o acesso a mercados competitivos. Esses desafios destacam a necessidade urgente de políticas públicas inclusivas, capazes de atender às especificidades desses grupos, promovendo a equidade e a inovação no setor agrícola (ZAGO, 2016).

A implementação de um conjunto políticas que fortaleçam a agricultura familiar é imprescindível para sua evolução, de forma que, é necessária uma atuação contínua e abordagem multissetorial, que integre diferentes áreas para fortalecer o setor e consolidar um modelo de desenvolvimento rural baseado na sustentabilidade (BITTENCOURT, 2020). Diante disso, é importante analisar a Nova Indústria Brasil e seu potencial impacto na agricultura familiar, bem como seus impactos na segurança alimentar dos brasileiros.

#### **4. POTENCIALIDADES E LIMITES DA MISSÃO 1 DA NOVA INDÚSTRIA BRASIL**

No dia 22 de janeiro de 2024 foi publicada a resolução CNDI/MDIC Nº 4, que aprovou o plano de ação da nova política de desenvolvimento industrial Nova Indústria Brasil - NIB, para o período 2024 a 2026. A nova política tem como objetivo estimular o desenvolvimento produtivo e tecnológico, aumentar a competitividade da indústria brasileira, nortear o investimento, promover melhores empregos e posicionar o país na economia global. Essa iniciativa dialoga diretamente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2, lançado pela ONU em 2015, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e promover a agricultura sustentável.

A NIB se organiza em seis missões que norteiam as políticas para áreas prioritárias e segmentos estratégicos, sendo elas:

Missão 1: Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética

Missão 2: Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde

Missão 3: Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e bem-estar nas cidades

Missão 4: Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade

Missão 5: Bioeconomia, descarbonização, e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as futuras gerações

Missão 6: Tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacional

O funcionamento da política se baseia em 4 eixos: princípios, execução, monitoramento e avaliação, tendo como elemento central para a execução dos objetivos, que fornece instrumentos pela oferta e demanda, buscando a geração de benefícios para a sociedade. O monitoramento e avaliação são etapas posteriores à implementação, servindo como feedback e acompanhamento da política, gerando um efeito circular que permite ajustes e correções durante o funcionamento.

A Missão 1 utiliza quatro instrumentos que buscam o fortalecimento da produção nacional, sendo eles: financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis, ambiente de negócios (que envolve regulação, propriedade intelectual/infraestrutura da qualidade), contratações públicas, e a criação de uma estratégia nacional para o desenvolvimento da agroindústria. Estes instrumentos buscam reduzir a dependência externa de insumos estratégicos para o setor agroindustrial, por meio do aumento da produção nacional de máquinas, fertilizantes e insumos estratégicos, bem como ampliar a conectividade no meio rural para garantir soluções digitais seguras e rastreabilidade na agropecuária. Além disso, visam desenvolver equipamentos adaptados à agricultura familiar, implementar tecnologias que melhorem a qualidade e reduzam perdas no setor alimentício e agropecuário, e promover a recuperação de áreas degradadas, alinhando crescimento produtivo à sustentabilidade ambiental.

Também estabelece a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Agroindústria Sustentável, que tem como objetivo coordenar as diversas ações do Estado para enfrentar os dois principais desafios da missão: a mecanização dos estabelecimentos e agroindústrias voltados à agricultura familiar, contribuindo para a erradicação da fome e o aumento da produtividade rural, de forma a garantir soberania e segurança alimentar e nutricional, e a elevação do valor agregado da produção agrícola brasileira.

A Tabela 4 sumariza todos os programas e instrumentos incluídos na Estratégia Nacional, bem como o eixo de atuação, objetivo, e forma de operação.

**Tabela 4 - Resumo Programas e instrumentos integrantes da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Agroindústria Sustentável**

Programas e instrumentos integrantes da Estratégia Nacional	Eixo de atuação	Objetivo	Forma de operação
Plano ABC+ Plano Setorial de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária	Práticas Sustentáveis na agropecuária	Redução das emissões de carbono	Linha de crédito
Programa Nacional de Bioinsumos	Fortalecimento do Mercado Interno	Reduzir a dependência dos produtores rurais em relação aos insumos importados e ampliar a oferta de matéria-prima ao setor	Oferta de crédito e benefícios econômicos
Programas de Agregação de Valor como Produção Integrada Agropecuária e Indicação Geográfica	Agregação de Valor	Adequação da produção de alimentos visando qualidade e sustentabilidade; Agregação de Valor de produtos agropecuários	Linha de crédito; capacitação
Programa Rural+Conectado	Acesso à tecnologia	Expansão da conectividade no campo	Linha de financiamento
Nordeste + Sustentável	Fortalecimento da Agricultura Familiar	Desenvolvimento econômico, social e sustentável da Região Nordeste e do norte de Minas Gerais e Espírito Santo (Nordeste Geopolítico).	Linha de financiamento, assistência técnica, incentivos ao cooperativismo e apoio à regularização fundiária
Programa AgroHub Brasil	Acesso à tecnologia	Dar visibilidade e conectar as iniciativas de inovação desenvolvidas no setor agropecuário; incentivo e a promoção de criação e amadurecimento de startups	Linha de financiamento e assistência técnica
Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)	Garantia de renda	Abastecimento nacional e assegurar renda dos produtores	Formação de estoques reguladores por meio de compras públicas ou privadas
PGPM-Bio	Acesso à renda e Conservação Ambiental	Garantia de um preço mínimo para 17 produtos extrativistas que ajudam na conservação dos biomas brasileiros	Formação de estoques reguladores por meio de compras públicas ou privadas
Programa Mais Alimentos	Fortalecimento da Agricultura Familiar	Facilitar o financiamento de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agroindustriais a juros mais baixos	Linhas de crédito
Estratégia Rotas de Integração Nacional	Fortalecimento do Mercado Interno	Promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável nas regiões prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)	Assistência técnica, estruturação de redes de inovação
Programa BioRegio	Práticas Sustentáveis no extrativismo	Estruturação de cadeias produtivas baseadas no extrativismo e no manejo sustentável em todos os biomas brasileiros.	Atração de investimentos,
Programa Brasil Mais Cooperativo	Fortalecimento da Agricultura Familiar	Ampliar a aquisição de alimentos da agricultura familiar por meio das políticas públicas do PNAE e do PAB	Chamadas Públicas
Programa Nacional de Agroindustrialização da Produção Familiar - Terra Forte	Fortalecimento da Agricultura Familiar	Inclusão de agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização, com atenção especial para as cadeias prioritárias	Crédito e financiamento, inclusão sanitária, acesso a mercados, assistência técnica e formação, ciência, tecnologia e inovação, legislações trabalhista, previdenciária e ambiental e infraestrutura básica e logística.
Norte + Sustentável	-	Melhoria na geração de renda com a produção de alimentos seguros e saudáveis	-

Fonte: Elaboração própria

Abaixo encontra-se a análise de 8 dos 14 programas e instrumentos que compõem a estratégia nacional.

### **Plano ABC+ Plano Setorial de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária**

O Plano Setorial de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (ABC+) é a continuidade do plano ABC, criado em 2010 como uma das ferramentas da política agrícola brasileira para promover a sustentabilidade, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e combater os impactos das mudanças climáticas na agropecuária (MAPA, 2023). O novo plano abrange o período de 2020 a 2030 e adota uma abordagem mais integrada, incluindo pequenos e médios produtores, além da agricultura familiar, que teve menor atenção no plano anterior. No entanto, a principal medida do programa continua sendo a criação de linhas de crédito vinculadas à política agrícola, sendo que as tecnologias incentivadas têm foco na agricultura em larga escala, o que evidencia a falta de atenção à agricultura familiar, uma das principais limitações do plano no ciclo anterior (GARCIA, 2022).

Um dos principais desafios é a grande diversidade entre os estabelecimentos agropecuários, o que exige que o ABC+ seja integrado a outras políticas públicas, como programas de compras institucionais, garantia de preços, seguros, crédito, certificação, pesquisa, inovação e infraestrutura.

O impacto do Plano ABC+ será limitado se os desafios enfrentados pelos agricultores familiares não forem adequadamente abordados, impedindo que eles adotem as práticas tecnológicas sustentáveis propostas pelo plano (CONCEIÇÃO, 2024). A articulação de políticas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar é essencial para que o plano ABC+ tenha sucesso nesse segmento.

### **Programa Nacional de Bioinsumos**

Lançado em 2020, o programa tem como objetivo aproveitar o potencial da biodiversidade brasileira para reduzir a dependência dos produtores rurais em relação aos insumos importados e ampliar a oferta de matéria-prima para o setor agropecuário (MAPA, 2020).

De acordo com o artigo 2º do Decreto nº 10.375, de 2020, que institui o programa, os bioinsumos são definidos como

todo produto, processo ou tecnologia de origem vegetal, animal ou microbiana, destinado ao uso na produção, no armazenamento e no beneficiamento de produtos agropecuários, nos sistemas de produção aquáticos ou de florestas plantadas, que interfiram positivamente no crescimento, no desenvolvimento e

no mecanismo de resposta de animais, de plantas, de microrganismos e de substâncias derivadas e que interajam com os produtos e os processos físico-químicos e biológicos.

Embora o programa não tenha a agricultura familiar como foco principal, ele busca fortalecer a oferta de bioinsumos para a agropecuária de maneira geral. Assim, a agricultura familiar pode se beneficiar indiretamente com o avanço do programa, que impacta toda a cadeia agropecuária.

De acordo com Vidal *et. al.* (2021), o programa já traz benefícios à sociedade, ao oferecer alternativas para os sistemas produtivos, solucionando problemas como a forte dependência de insumos químicos importados, os altos custos de produção, a ausência de empresas ou biofábricas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cadeias de produção e consumo longas e distantes, além da escassez de incentivos econômicos, novos produtos e tecnologias, e a falta de profissionais qualificados para a produção e manejo de bioinsumos.

No entanto, apesar dos benefícios e das oportunidades, o programa enfrenta desafios. Vidal; Dias (2023) argumentam que, dois anos após o lançamento do programa, pouco foi alcançado em relação aos bioinsumos devido à implementação do Programa Nacional. As razões para essa situação incluem a falta de articulação e integração entre as Secretarias do MAPA, a inexistência de recursos orçamentários específicos para o programa e a falta de coordenação entre entidades governamentais e organizações da sociedade civil.

### **Programas de Agregação de Valor, como Produção Integrada Agropecuária e Indicação Geográfica**

A Produção Integrada Agropecuária é um sistema de gestão aplicado à cadeia agrícola que busca a sustentabilidade, rastreabilidade e a garantia de qualidade dos produtos. Esse modelo promove a adoção de Boas Práticas Agrícolas (BPA) e o uso de tecnologias limpas, reduzindo resíduos químicos e impactos ambientais, e garantindo alimentos seguros para os consumidores. O sistema visa a substituição de insumos poluentes e a adequação dos processos produtivos às legislações sanitárias, sendo respaldado por um rigoroso processo de certificação, como o selo “Brasil Certificado”, que permite a agregação de valor no produto final. O programa permite o acesso à linha de crédito do Inovagro para financiar a adequação da propriedade do produtor ao sistema; capacitações e treinamentos de produtores rurais. (BRASIL, 2022)

No Brasil, as Indicações Geográficas (IGs) podem ser registradas como Indicação de Procedência ou Denominação de Origem. A implementação dessa sistemática foi estabelecida

pela Lei nº 9.279/1996, que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e define, nos artigos 177 e 178, as especificações para cada tipo de indicação. A Indicação de Procedência refere-se ao nome geográfico de um lugar que se tornou conhecido pela produção ou extração de um determinado produto ou serviço, enquanto a Denominação de Origem se aplica a produtos cujas qualidades dependem exclusivamente do meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos (BRASIL, 2019)

Exemplos de Indicações de Procedência no Brasil incluem o Cacau do Sul da Bahia, e a Cachaça de Paraty, enquanto as Denominações de Origem mais conhecidas são o café da Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, e o mel do Planalto Sul, em Santa Catarina. A notoriedade de um produto está ligada ao seu local de produção, que pode envolver características como o solo, o clima e as práticas de cultivo, agregando valor ao produto e contribuindo para o desenvolvimento territorial. (BRASIL, 2023)

Os impactos gerados pelas Indicações Geográficas vão além da geração de renda para os produtores e para a cadeia produtiva, tendo efeitos generalizados sobre a região, incluindo setores como turismo, diversificação da produção, preservação da biodiversidade, das habilidades locais e dos recursos naturais, possibilitando desenvolvimento das regiões, principalmente as rurais. Para que as IGs se consolidem como instrumentos de agregação de valor, são necessários investimentos humanos, técnicos e financeiros. É essencial a implementação de políticas de incentivo, a conscientização dos consumidores e o engajamento de universidades, empresas de pesquisa e organizações do setor agropecuário para que as IGs se tornem uma ferramenta eficaz de desenvolvimento socioeconômico, especialmente para o meio rural (MAIORKI; DALLABRIDA, 2015; VALENTE, 2012).

### **Programa Rural + Conectado**

O programa Rural + Conectado é uma iniciativa do governo federal voltada para expandir a infraestrutura e a conectividade nas zonas rurais, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do setor agropecuário por meio da inclusão tecnológica, aprimorando processos e sistemas produtivos. Ele é fruto de uma parceria entre os Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), das Comunicações (MCom) e o BNDES (AgenciaGov). (MAPA, 2021)

O programa representa um avanço importante para a modernização das atividades no campo, permitindo o acesso à informação qualificada, assistência técnica digital e novas tecnologias. Isso pode ampliar o acesso ao mercado consumidor por meio do e-commerce e

canais digitais, especialmente com o crescimento do comércio eletrônico observado durante a crise sanitária da COVID-19 (TOLOCKA, 2022).

O aumento da produtividade, resultante da ampliação da cobertura de internet, aliado ao uso de novos insumos, potencializa o crescimento da produção agropecuária (MAPA, 2021). A inclusão digital e a maior conectividade têm um impacto positivo particular na agricultura familiar, facilitando a integração com a agricultura 4.0, ampliando o mercado consumidor e o acesso a novas tecnologias. Contudo, é fundamental considerar a diversidade do setor, levando em conta desafios como a baixa escolaridade, a falta de acesso ou o desconhecimento de programas de apoio. Portanto, é necessário não apenas implementar o programa, mas também promover outras políticas que busquem reduzir a desigualdade no segmento da agricultura familiar.

### **Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)**

A PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos) é uma das principais políticas agrícolas do Brasil, tendo um papel importante para o desenvolvimento e expansão da agricultura. Através de seus instrumentos, a PGPM permite a formação de estoques reguladores públicos e privados. Estas ferramentas permitem controlar a oferta, retirando o excesso em períodos de abundância e devolvendo os estoques ao mercado quando há escassez, garantindo o abastecimento de alimentos e a renda dos produtores rurais. A agricultura familiar passou a integrar a política a partir de 2003, por meio das compras da agricultura familiar (CAF) (SCHWANTES; BACHA, 2019).

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), responsável pelo PGPM, se baseou nos instrumentos utilizados para a criação e operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Que possui grande importância na garantia da renda para os agricultores familiares e no combate à insegurança alimentar, contribuindo para a melhoria das condições sociais e econômicas das famílias vulneráveis (SAMBUICHI, 2014).

### **PGPM-Bio**

A PGPM-Bio segue a mesma sistemática da PGPM, mas com foco em 17 produtos extrativistas que desempenham um papel importante na conservação dos biomas brasileiros. Esses produtos incluem açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha extrativa, buriti, cacau extrativo, castanha-do-brasil, juçara, macaúba, mangaba, murumuru, pequi, piaçava, pinhão, pirarucu de manejo e umbu. (CONAB, 2023)

Além de contribuir para a renda dos produtores desses segmentos, há a geração de empregos e agregação de valor de produtos da sociobiodiversidade, além do fortalecimento da

cadeia produtiva. Há também o aumento da conservação ambiental, ao apoiar práticas extrativistas que não agredem o meio ambiente, a redução de emissões de carbono, a preservação de vegetação e fauna nativa, e a manutenção dos ecossistemas. Dessa forma, a política não só apoia a economia dos produtores, mas também oferece um impacto positivo no meio ambiente (VIANA, 2015).

Apesar do alto impacto positivo, o programa possui alcance limitado, pois muitos produtores desconhecem sua existência e seus benefícios, além disso a necessidade de determinadas documentações dificulta a entrada de mais beneficiários (VIANA, 2015; SOUZA, 2019).

### **Programa Mais Alimentos**

O programa Pronaf Mais Alimentos foi criado em 2008 pelo Ministério da Agricultura, com a finalidade de incentivar a produção de alimentos e aumentar a produtividade da agricultura familiar. Também tem objetivo promover a indústria nacional por meio da mecanização da agricultura familiar, além de facilitar o acesso a máquinas com taxas de juros especiais, o programa busca ampliar o acesso a equipamentos e implementos agrícolas e agroindustriais adaptados às necessidades da agricultura familiar e suas organizações produtivas.

Alguns estudos apontam que os beneficiários do programa tiveram um aumento na renda e qualidade de vida, bem como um aumento na produtividade a partir da aplicação dos recursos nos em serviços e produtos que possibilitaram a transformação da propriedade rural dos agricultores. Também houve efeitos no desenvolvimento local, modernização da propriedade, além de gerar um efeito de aumento na demanda de máquinas agrícolas, impactando positivamente o setor agroindustrial (VALADARES, 2021; CAMARA et. al., 2020).

Porém, ao analisar análises sobre a política de oferta de crédito do Pronaf Mais Alimentos ao longo do período 2013-2023, é possível notar que os recursos tendem a ser direcionados para as regiões Sul e Sudeste, onde se localizam agricultores mais capitalizados e estruturados por razões históricas. Além disso, os agricultores com dificuldades estruturais como escassez de mão de obra e infraestrutura, falta de documentos legais de posse da terra, não conseguem acesso ao crédito, que gera um aprofundamento das desigualdades sociais e produtivas entre as regiões rurais e os próprios agricultores (TOLEDO; ZONIN, 2020).



Figura 3 - Recursos Destinados para Máquinas, Equipamentos, Materiais e Utensílios pelo PRONAF Mais Alimentos durante 2013-2023. Fonte: BCB, 2024.

Além disso, por focar principalmente na oferta de crédito rural, o programa acaba negligenciando as questões estruturais enfrentadas pelos agricultores e pelas regiões rurais, que necessitam de políticas de apoio e suporte governamental. Dessa forma, é possível afirmar que, ao longo dos anos, o programa contribuiu para a modernização desigual da agricultura familiar, especialmente nas propriedades das regiões Sul e Sudeste (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

### **Estratégia Rotas de Integração Nacional**

Estabelecidas pela Portaria nº 2737, de 23 de agosto de 2023, as Rotas de Integração Nacional são redes de arranjos produtivos locais associadas a cadeias produtivas estratégicas, tendo como objetivo promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável nas regiões prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Essas redes podem estimular a inovação, diferenciação, competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos envolvidos, contribuindo assim para o desenvolvimento regional, a inclusão produtiva e a inovação. Essas redes envolvem produtores, instituições de ensino, empresas e governos locais para compartilhar informações, inovar e fortalecer as cadeias produtivas (BRASIL, 2018)

No Brasil, já existem rotas que são coordenadas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, sendo elas: Rota do Açaí, Rota da Biodiversidade, Rota do Cacau, Rota do Cordeiro, Rota da Economia Circular, Rota da Fruticultura, Rota do Leite, Rota do Mel, Rota do Peixe e Rota da Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASIL, 2024).

Essa junção de diferentes agentes econômicos organizados em diferentes polos, mas unidos em suas respectivas cadeias produtivas tem grande potencial de impacto na agricultura familiar. A partir da conexão com os agentes mais relevantes da cadeia produtiva e do território, há a possibilidade de acessar novos mercados, melhoria da competitividade do setor, e agregação de valor das produções a partir da inserção nas redes de fornecimento e comercialização, a assistência técnica, financiamento e beneficiamento (ALVES, 2023; ALVES, 2022).

Ainda no ano de 2024, houve o anúncio da inclusão do Banco do Brasil no Plano Mais Produção, aumentando os recursos para o montante de R\$ 507 bilhões em linhas de crédito, além de mudança e aumento das metas, como a elevação do crescimento do PIB Renda Agroindústria para 3% ao ano em 2026 e 6% ao ano em 2033, além de de aumentar a mecanização da agricultura familiar para 28%, em 2026, e 35%, em 2033 e aumentar a tecnificação da agricultura familiar para 43%, em 2026, e 66%, em 2033 (BRASIL, 2024).

Algumas análises apontam que há fatores a serem levados em conta para o sucesso na nova política. De acordo com Nassif (2024), o arcabouço fiscal pode comprometer a eficácia da política industrial, de forma que, será preciso um arranjo fiscal que possibilite o fornecimento de recursos para investimentos em inovação, como por exemplo a incorporação de tecnologias "verdes". Há também a falta de articulação entre a política industrial com a política macroeconômica, sendo extremamente importante manter o equilíbrio dos objetivos de manter a estabilidade de preços, assegurar o crescimento do PIB e preservar taxas de câmbio reais competitivas para o sucesso da neoindustrialização.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O êxito na implementação de uma política industrial não depende exclusivamente de seu desenho e dos recursos destinados, mas também de sua articulação com outras políticas públicas. Isso também se aplica às políticas voltadas à agricultura familiar e à Segurança Alimentar e Nutricional. Os períodos de maior avanço nessas áreas ocorreram quando os *policy makers* integraram tais iniciativas em estratégias amplas de combate à pobreza, como demonstram os programas Fome Zero e Bolsa Família. Essa integração resultou em uma redução significativa nos índices de insegurança alimentar, vinculada ao fortalecimento da agricultura familiar. O sucesso dessas políticas também foi causado pelo contexto econômico favorável de sua época.

A Missão 1 busca o fortalecimento da agricultura familiar principalmente através da mecanização e ferramentas que aumentem o valor da produção agrícola, visto que seu foco é

na agroindústria. Nesse aspecto, é evidente que os diferentes programas e instrumentos que integram a estratégia atuam em diferentes áreas que são importantes para o segmento, como acesso à internet, compra de máquinas, acesso à mercados, políticas de compras públicas, acesso ao crédito rural e aumento do valor da produção, e também políticas que impactam o setor indiretamente, como o programa nacional de bioinsumos. A estratégia de coordenar diferentes instrumentos e políticas em prol de um objetivo em comum permite gerar impactos mais duradouros e efetivos, visto que, em teoria, todos os problemas estão sendo enfrentados.

Contudo, essa articulação precisa ocorrer também com as outras políticas coordenadas pelo governo, além das políticas macroeconômicas citadas anteriormente. São diversas as medidas que podem ser utilizadas para alterar efetivamente a questão agrária do país, para citar algumas, a reforma agrária, a política tributária, políticas de educação, e desenvolvimento rural, que são fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, é preciso cuidado para não repetir os erros de políticas do passado, de privilegiar regiões e agricultores de maior renda, sendo assim, é necessário que haja um esforço em levar o plano para todos os agricultores do país.

No contexto da segurança alimentar, os programas de compras públicas, como o PNAE e o PAA, têm desempenhado um papel inegavelmente positivo na história do Brasil e serão ampliados como parte da Missão 1 da nova política industrial. Esses programas impactam significativamente os habitantes das áreas urbanas que se beneficiam diretamente deles, como estudantes e populações vulneráveis atendidas por ações governamentais.

Entretanto, considerando que a insegurança alimentar afeta de forma mais intensa as populações rurais, a política possui maior potencial de transformação nesse contexto, especialmente ao promover o fortalecimento da agricultura familiar. A articulação com outras políticas que promovam o acesso a alimentos por meio do aumento da renda e que assegurem a qualidade dos alimentos consumidos é crucial para garantir a segurança alimentar no Brasil de forma abrangente e sustentável.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Áreas rurais de 24 municípios nordestinos terão acesso à internet de qualidade. Agência Brasil, 2 fev. 2024. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/areas-rurais-de-24-municipios-nordestinos-terao-acesso-a-internet-de-qualidade>>. Acesso em: 29 out. 2024.
- ALCANTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Olivera. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. *Revista Heera*, 2009, 63-85.
- ALENCAR, N. DOS S.; LIMA, F. A. X.; ARAUJO, J. A. DE. Análise da trajetória dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar de 2014 a 2020. *Ensaio*, v. 31, n. 121, 2023.
- ALPINO, Tais de Moura Ariza et al. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, p. e00161320, 2020.
- ALVES, Adriana Melo; COÊLHO, Vitarque Lucas Paes. A PNDR e seu momento atual: agendas estratégicas, planos regionais de desenvolvimento e rotas de integração nacional. 2023.
- ALVES, Sabrina do Carmo. Rotas de integração nacional como estratégia de desenvolvimento rural: metodologia de estruturação participativa e abordagem do sistema de informação geográfica. 2022.
- AMORIM, A. L. B. DE; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de administração pública*, v. 54, n. 4, p. 1134–1145, 2020.
- ANTUNES, Rodrigo Lopes; CAMARA, Marcia Regina Gabardo; NASCIMENTO, Sidnei Pereira do; SEREIA, Vanderlei José; ANHESINI, João Amilcar Rodrigues. Programa nacional de crédito da agricultura familiar e impactos nas economias locais no estado do Paraná. *Economia & Região*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 69–90, 2013. DOI: 10.5433/2317-627X.2013v1n1p69. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/14395>.

AQUINO, J. R. DE; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 56, n. 1, p. 123–142, 2018.

AQUINO, J.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, K.; SCHNEIDER, S. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-81.

ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de; ARRUDA, Ilma Kruze Grande de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. *Revista brasileira de saúde materno infantil*, v. 7, p. 319-326, 2007.

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; PRIORE, Silvia Eloíza; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 617-626, 2017.

BACCARIN, José Giacomo; OLIVEIRA, Jonatan Alexandre de. Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid 19, continuidade e mudanças. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021002, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661127. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661127>.

BACHA, Carlos José Caetano. *Economia e política agrícola no Brasil*. 2018.

BARREIRA, César. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. *São Paulo em perspectiva*, v. 13, p. 136-143, 1999.

BAZOTTI, Angelita; COELHO, Luzia Bucco. Produção de Commodities pela Agricultura Familiar: insegurança alimentar e novos desafios ao PRONAF. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 38, n. 133, p. 113-129, 2017.

BCB - Banco Central do Brasil. *Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR)*, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>

BELIK, W.; SILVA, J. G. D. A.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 119–129, 2001.

BELIK, Walter. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 19, n. 2, p. 94–110, 2012.

DOI:10.20396/san.v19i2.8634614. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634614>. Acesso em: 26 out. 2024.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde e sociedade, v. 12, p. 12-20, 2003.

BICALHO, Daniela; DE MENDONÇA LIMA, Tácio. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19.

Demetra, Rio de Janeiro, v. 15, e52076, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.12957/demetra.2020.52076>.

BITTENCOURT, D. Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação. [S.l.]; SF Agro, Farming; Embrapa, 2020.

BOAS, Lucas Guedes Vilas. Considerações sobre a concentração fundiária no Brasil. Revista Geoaraguaia, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6982>

BORGES, Dayana de Moura. Impactos do teto de gastos sobre o orçamento do programa Bolsa Família: análise do período de 2004 a 2019. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

BRASIL. Fome diminui e Segurança Alimentar e Nutricional aumenta nos domicílios brasileiros em 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/abril/fome-diminui-e-seguranca-alimentar-e-nutricional-aumenta-nos-domicilios-brasileiros-em-2023>

BRASIL. Inflação acelera em dezembro e chega a 4,52% em 2020, a maior alta desde 2016.

Agência de Notícias IBGE, 2024. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29871-inflacao-acelera-em-dezembro-e-chega-a-4-52-em-2020-a-maior-alta-desde-2016>.

BRASIL. IPCA sobe 0,73% em dezembro e fecha 2021 em 10,06%. Agência de Notícias IBGE, 2024. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32724-ipca-sobe-0-73-em-dezembro-e-fecha-2021-em-10-06>.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Rural + Conectado. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inovacao/ruralconectado>>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cenários e perspectivas da conectividade para o agro / Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação. – Brasília: MAPA/AECS, 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Guia das Indicações Geográficas – Conceitos. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/arquivos--publicacoes-ig/guia-das-igs-conceitos/@@download/file/guia-das-igs-conceitos-interativo.pdf>>.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lista de IGs Nacionais e Internacionais Registradas. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/listaig>>

BRASIL. Ministério da Agricultura. O que é PI? 2022 [Brasília]: Ministério da Agricultura. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/producao-integrada/o-que-e-pi>

BRASIL. Ministério da Agricultura. Programa Nacional de Bioinsumos é lançado e vai impulsionar uso de recursos biológicos na agropecuária. 2020[Brasília]: Ministério da Agricultura. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/programa-nacional-de-bioinsumos-e-lancado-e-vai-impulsionar-uso-de-recursos-biologicos-na-agropecuaria-brasileira>

BRASIL. Ministério da Agricultura. Programas e Estratégias. 2023 [Brasília]: Ministério da Agricultura,. Disponível em :

<<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/planoabc-abcmais/abc/programas-e-estrategias>>

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Rotas de Integração Nacional. Brasília, 2024 Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/rotas-de-integracao-nacional>>.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Orientações para elaboração de projetos de inclusão produtiva: rotas de integração nacional. Brasília: MI, 2018. Disponível em:

<<https://bit.ly/3mGt6sF>>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Balanço do primeiro ano. Brasília, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-sem-fome/balanco>

BRASIL. Nova Indústria Brasil - Missão 1 destina R\$ 546,6 bi para cadeias agroindustriais sustentáveis. Portal Planalto, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/12/nova-industria-brasil-missao-1-destina-r-546-6-bi-para-cadeias-agroindustriais-sustentaveis>.

BRASIL. Plano de Ação 2024-2026. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/plano-de-acao/nova-industria-brasil-plano-de-acao.pdf>. Acesso: 30 set. 2024.

BURITY, Valéria et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: Abrandh, 2010.

BURLANDY, Luciene. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 851-860, 2009.

CAMARA, S. B. et al. Contribuições do Pronaf Mais Alimentos. *Política Agrícola*, n. 1, p. 73-81, 2020.

CARTER, M. 2010. Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed Unesp.

CASTRO, I. R. R. DE. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. Cadernos de saúde pública, v. 35, n. 2, 2019.

CONAB. Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio). 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio>

CONCEIÇÃO, Júnia Cristina Peres Rodrigues da. Principais obstáculos enfrentados pela agricultura familiar para sua participação no plano ABC+. Brasília, DF : Ipea, fev. 2024. 45 p. : il. : gráfs. (Texto para Discussão, n. 2966).

FARIA, Alexandre Augusto Ramos; DUENHAS, Rogério Allon. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar. Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar, Tupã, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 1, p. 137–167, 2019. Disponível em: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/92>.

FIAN Brasil. (2019). Informe Dhana 2019: autoritarismo, negação de direitos e fome Brasília, DF: Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas.

FREI, Betto. A fome como questão política . Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 48, p. 53–61, 2003.

FREITAS, Gabriele Carvalho de. Nada a temer senão o correr da luta: a trajetória do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). 2021. 111 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

GALINDO, Eryka; Marco Antonio Teixeira, Melissa De Araújo, Renata Motta, Milene Pessoa, Larissa Mendes e Lúcio Rennó. 2021. “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.” Food for Justice Working Paper Series, no. 4 (2a ed.). Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. ISBN: 978-3-96110-370-6

GARCIA, J., VAHDAT, V., HARFUCH, L., ANTONIAZZI, L., BUAINAIN, A.. Agricultura familiar de baixa emissão de carbono no Brasil. *Revista de Política Agrícola, Local de publicação* (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 31, dez. 2022.

Disponível em: <(https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1791)>. Acesso em: 01 Ago. 2024.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. suppl 1, p. 125–146, 2014.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isoppo. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 61, n. 3, p. e259390, 2022.

Hoffmann, R. (2020). A distribuição da posse de terra no Brasil (1985-2017). In J. E. R. Vieira Filho & J. G. Gasques (Eds.), *Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário* (pp. 77-90). Brasília: Ipea.

<http://doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0/cap5>

HOFFMANN, Rodolfo; SILVA, José F. Graziano da. A Estrutura agraria brasileira. In: CONTADOR, Claudio Roberto (ed.). *Tecnologia e desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro: Ipea, 1975. p. 233-265. Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12328/1/Capitulo8\\_a\\_estrutura\\_agraria\\_brasileira.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12328/1/Capitulo8_a_estrutura_agraria_brasileira.pdf)

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/informativos.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/informativos.html)>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2023. Brasília: IBGE, 2024. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>

JOSÉ CAUME, D. Segurança Alimentar, Reforma Agrária e Agricultura Familiar. *Revista UFG, Goiânia*, v. 5, n. 1, 2003. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/49250>.

LEÃO, Marília; MALUF, Renato Sérgio. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. ABRANDH, 2012.

LEÃO, Marília; MALUF, Renato Sérgio. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. ABRANDH, 2012.

LIMA, A. F.; SILVA, E. G. de A.; IWATA, B. de F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332>.

LOUZADA, M. L. DA C. et al. Impact of the consumption of ultra-processed foods on children, adolescents and adults' health: scope review. Cadernos de saude publica, v. 37, n. suppl 1, p. e00323020, 2022.

LOUZADA, Maria Laura da Costa et al. Alimentação e saúde: a fundamentação científica do guia alimentar para a população brasileira. . Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, 2019. DOI: Disponível em: [www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/339](http://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/339) .

MACHADO, Ana Paula; MALAGOLLI, Guilherme Augusto. Os impactos da pandemia do covid-19 no agronegócio brasileiro. Revista Interface Tecnológica, v. 18, n. 2, p. 500-512, 2021.

MAIORKI, Giovane José; DALLABRIDA, Valdir Roque. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. Interações (Campo Grande), v. 16, n. 1, p. 13-25, 2015.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil. Brazilian Journal of Political Economy, v. 15, n. 1, p. 137–143, 1995.

MEDEIROS, Jenifer Cristine; GRISA, Catia. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural. Campo-território: revista de geografia agrária [recurso eletrônico]. Uberlândia. Vol. 14, n. 34 (Dez. 2019), p. 6-35., 2019.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise

psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico. Brasília: MDS; 2014.

MONTEIRO, C. A. et al. The UN Decade of Nutrition, the NOVA food classification and the trouble with ultra-processing. *Public health nutrition*, v. 21, n. 1, p. 5–17, 2018.

Disponível em: <<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/15447>>

MONTEIRO, Carlos A. et al. Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. *Public health nutrition*, v. 22, n. 5, p. 936-941, 2019.

MOREIRA, Cássio da Silva. O projeto nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964). 2011. 406. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MÜLLER, A.L. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Porto Alegre (RS), 2007

NASCIMENTO, Renato Carvalheira Do. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. In: IDEAS. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009. p. 1-30.

NASSIF, Andre. Nova Indústria Brasil: uma avaliação crítica da nova política industrial brasileira. NOVA INDÚSTRIA BRASIL Relações Econômicas Brasil e China, [s. l.], ed. 158, p. 44-55, 2024.

NILSON, E. A. F. et al. Custos atribuíveis a obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde, Brasil, 2018. *Revista panamericana de salud publica [Pan American journal of public health]*, v. 44, p. 1, 2020.

NOGUEIRA, V. G. C.; MARCELINO, M. Q. S. Covid-19: impactos e estratégias para a comercialização de alimentos da agricultura familiar no DF. *Revista Política Agrícola*, Brasília, DF, n. 1, p. 117-129, 2021.

OLIVEIRA, A. R. De. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) 2006: relatos, fatos históricos e processo de elaboração. *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, [S. l.],

v. 11, n. 4, p. Pág. 59–75, 2018. DOI: 10.18569/tempus.v11i4.2243. Disponível em: <https://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/2243>.

PAULA, Silvio da Rosa; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Sandro Pereira; ALVES, Fabio; VALADARES, Alexandre Arbex. A Inserção da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar : impactos na renda e na atividade produtiva. Brasília : Ipea, maio, 2023. 38 p. (Texto para Discussão, 2884)

PELIANO, Anna Maria Medeiros. Lições da História—avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. ARANHA, AV Fome Zero: uma história brasileira. Brasília, DF: MDS, p. 26-41, 2010.

PERIN, Gabriela. O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E A NOVA AGENDA GOVERNAMENTAL. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 33-55, mar. 2022. ISSN 2675-7710. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9075>>. Acesso em: 20 out. 2024.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, n. suppl 1, p. 63–84, 2014.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira. Reflexões sobre o processo histórico / político de construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 1–15, 2015. DOI: 10.20396/san.v15i2.1813. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1813>.

RIBEIRO-SILVA, R. DE C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Ciencia & saude coletiva, v. 25, n. 9, p. 3421–3430, 2020.

RODRIGUES, Iram Jácome; LADOSKY, Mario Henrique Guedes. Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 95, p. 87-142, 2015.

SANTOS, Luiz Cláudio dos. Da Geografia da fome ao Fome Zero: contribuição ao estudo da fome no Brasil. 2009. 213 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009.

SAMBUICHI, R. H. R., Galindo, E. P., Oliveira, M. A. C., & Moura, A. M. M. (2014). Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In R. H. R. Sambuichi, E. P. Galindo, M. A. C. Oliveira, & A. M. M. Moura. (Orgs.), Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas Brasília, DF : Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas, v. 1, p. 75-104, 2014.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Texto para Discussão, 2022.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): instrumento de dinamismo econômico, combate à pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional em tempos de Covid-19. 2020.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa Organizadora; SILVA, Sandro Pereira Organizador. Vinte anos de compras da agricultura familiar: um marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil. 2023. (235-208)

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. Cadernos de Ciência & Tecnologia, 2014, 31.2: 227-263.

SCHWANTES, F.; BACHA, C. J. C. Análise da formulação da política de garantia de preços mínimos no Brasil pela ótica da economia política. Nova economia (Belo Horizonte, Brazil), v. 29, n. 1, p. 161–192, 2019.

Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>>.

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação. Texto para Discussão, 2014.

SOUZA, Ênio Carlos Moura de. Política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade: avaliação econômica de uma política pública. 2019.

SWINBURN, B. A. et al. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The lancet commission report. *Lancet*, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

TAKAGI, Maya et al. A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios. 2006.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015). 2018. 335 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/15447>

TOLEDO, E. N. B.; ZONIN, V. J. O PRONAF: UM VETOR TENDENCIAL À CONCENTRAÇÃO E SELEÇÃO PRODUTIVA NA AGRICULTURA FAMILIAR. *Revista Grifos*, v. 30, n. 51, p. 141–162, 2020.

TOLOCKA, Jonas Vitor. O rural e a virtualização das relações comerciais: o marketing e a agricultura familiar na era da digitalização. *Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar*, Tupã, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 2, p. 36–62, 2022. Disponível em: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/159>.

TOLOCKA, Jonas Vitor. O rural e a virtualização das relações comerciais: o marketing e a agricultura familiar na era da digitalização. *Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar*, Tupã, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 2, p. 36–62, 2022. Disponível em: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/159>.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. ENTRE MUDANÇAS E CONSERVADORISMOS: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA E PNAE) A PARTIR DA RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA (Between changes and conservatism: an analysis of food purchase programs (PAA and PNAE) from rhetoric of ...). *REVISTA NERA*, [S. l.], n. 26, p. 10–27, 2015. DOI: 10.47946/rnera.v0i26.3569. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3569>.

VALADARES, Alexandre Arbex. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): uma revisão bibliográfica (2009-2019). 2021.

VALENTE, Maria Emília Rodrigues et al. Indicação geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia. *Ciência Rural*, v. 42, p. 551-558, 2012.

VASCONCELOS, F. DE A. G. DE et al. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. *Revista de Nutrição*, v. 32, n. 0, 2019.

VASCONCELOS, F. DE A. G. DE. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista de Nutrição*, v. 18, n. 4, p. 439–457, 2005.

VENTURA, Roberto. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa. *Revista de antropologia*, v. 40, p. 165-181, 1997.

VIANA, João Paulo. Operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade 2009-2013: Há espaço para crescer. *Texto para Discussão*, 2015.

VIDAL, M. C. et al. Bioinsumos: a Construção de um Programa Nacional pela Sustentabilidade do Agro Brasileiro. *Economic Analysis of Law Review*, v. 12, n. 3, p. 557, 2021.

VIDAL, Mariane Carvalho; DIAS, Rogerio Pereira. BIOINSUMOS A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA AGROECOLOGIA. *Revista Brasileira de Agroecologia*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 171–192, 2023. DOI: 10.33240/rba.v18i1.23735. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/49927>.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 64, p. 61–78, 2016.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 3, p. 144-159, 2006

